



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



PROJETO DE EXTENSÃO “UFOPA SOCIAL”

Direitos Humanos e Justiça

Hérico Felipe Bastos Pereira¹; Jéssica Rossy de Assis ²; Maria da Conceição Cosmo Soares³; Marlene Maria Escher Furtado⁴

¹Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Bacharelado em Direito

²Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Bacharelado em Direito

³Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Programa de Ciências Jurídicas

⁴Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Programa de Ciências Jurídicas

Resumo: Este trabalho trata de ações desenvolvidas junto às escolas municipais de Santarém por acadêmicos do curso de Bacharelado em Direito, autoridades em assuntos jurídicos, palestrantes, facilitadores de atividades lúdicas e professoras orientadoras do presente projeto, que tem por objetivo capacitar os alunos a planejarem e executarem eventos de cunho jurídico, que abordem temas de Cidadania e Direitos Humanos. As atividades metodológicas são: reuniões periódicas do grupo “UFOPA Social” para deliberar as ações a serem desenvolvidas; visitas as escolas; levantamento de demandas via aplicação de questionários; tabulação dos questionários para identificação dos temas de maior interesse dos alunos; pesquisas e estudos bibliográficos acerca dos temas identificados; contato e convite dos palestrantes e facilitadores de atividades lúdicas para comporem o grupo de execução da atividade extensionista; e planejamento das atividades a serem realizadas no evento jurídico proposto. Por fim, tem-se a aplicação das atividades nas escolas, a qual se constitui em palestras, oficinas, brincadeiras, diálogos, reflexões, teatro sobre os temas demandados dentre outros, concluindo com a avaliação do evento pelos acadêmicos e professoras orientadoras e coordenadoras do projeto.

Palavras chave: Atividade de extensão, cidadania, evento jurídico.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Introdução

A participação dos estudantes de Direito em atividades de pesquisa e extensão favorece a aproximação a espaços que servirão de “tomadas pedagógicas” para uma formação mais sensível aos problemas sociais, “o que nem a leitura de um ótimo texto descritivo de tal realidade poderia proporcionar. É a interação entre estudantes e sociedade a agir como protagonistas do processo de ensino e aprendizagem” (Santos, 2007). Propõe-se que tais atividades de pesquisa e extensão devam ser uma constante durante todo o transcorrer acadêmico do bacharelado em Direito, visando contribuir na formação de pessoas com capacidade crítica, indivíduos pensadores como juízes, promotores, procuradores, advogados, pedagogos, psicólogos e tantos outros profissionais.

Embasado nesta concepção, foi criado, por iniciativa de professoras e alunos da Universidade Federal do Oeste (UFOPA), o projeto “UFOPA Social”, o qual possui como sujeitos participantes: universitários e professoras do curso de Bacharelado em Direito da UFOPA, autoridades em assuntos jurídicos e psicossociais, facilitadores de atividades lúdicas e de relações interpessoais; e, como público alvo, estudantes do ensino fundamental de escolas do Município de Santarém-PA.

O objetivo é capacitar discentes do curso de Bacharelado em Direito da UFOPA para o planejamento e execução de eventos de cunho jurídico referentes à cidadania e Direitos Humanos, tomando como impulso o levantamento de demandas junto à comunidade estudantil municipal. Assim, propõe-se ao discente: conhecer a realidade dos sujeitos, por meio de visitas de campo e aplicação de questionários, e após isso, vivenciar o contexto do qual fazem parte os estudantes do ensino fundamental de escolas do município aquando da execução do trabalho de ação, qual seja: o evento jurídico.

O “UFOPA Social” visa também fazer da carga horária de estágio curricular obrigatório um meio de crescimento profissional e aprendizado do aluno com práticas reais de impactos na sociedade diante de casos concretos dinamizando, assim, o seu aprendizado.

O presente artigo, portanto, demonstra as atividades desenvolvidas até o momento

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

no projeto “UFOPA Social”, as quais foram realizadas por alunos do curso de Direito, com alunos do ensino fundamental das Escolas Municipais de Santarém-PA: Fluminense e Ubaldo Corrêa.

Segundo Santos (2007, p. 40) “a saída da crise e a reinvenção do papel da universidade não podem passar por outro caminho que não por um amplo programa de responsabilização social, o que implicará uma permeabilidade empenhada e criativa em face das demandas sociais”, principalmente daqueles grupos que não têm poder para impô-las, neste gancho, o presente projeto parte do pressuposto de que o:

[...] Estágio Supervisionado é um instrumento imprescindível, que proporciona ao aluno o contato com a realidade na qual o mesmo atuará. Caracteriza-se como um momento de análise e apreensão do contexto real, sendo um elemento fundamental para a formação profissional. É parte integrante do processo de formação inicial e constitui-se como o espaço, por excelência, da relação dialética entre a teoria e prática (Rabelo et al., 2013, p. 1).

Como responsabilidade das instituições de ensino, a extensão, assim como o estágio supervisionado tem como motivação o conhecimento da realidade circundante e a aplicação teórica ao caso concreto, máxima reinante em todas as áreas de conhecimento e também no campo do Curso de Bacharelado em Direito. Nos Cursos de Direito a quase totalidade da carga horária de atividades de extensão e estágio obrigatório curricular tem sido levado a termo, geralmente, nos Núcleos de Prática Jurídica, entretanto, tal assertiva sofre grande modificação, sendo firmemente defendido que estes núcleos não mais se restrinjam a atender a população carente do entorno da Universidade. Ao contrário, adotam três grandes linhas de atuação e treinamento do estagiário: a assistência judiciária gratuita, a prática simulada e as atividades de pesquisa e extensão.

Ao dispor de outros espaços de formação, além da sala de aula, por meio da extensão, a Universidade permite ao discente elevar a sua prática acadêmica à condição de práxis, à medida que pode concebê-la como uma ação intencionalmente voltada para a transformação de cotidianos reprodutores e mantenedores de uma sociedade baseada na desigualdade dos indivíduos.

As atividades de extensão permitem ao discente, junto com o docente, materializar o Processo de Ensino, ao adquirir saberes que facilitam pensar o conhecimento

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



científico/técnico na dimensão da sua relevância e contemporaneidade. Além de viabilizar a extensão nesta vertente do Processo de Ensino, as atividades extensionistas iniciam o discente no universo da investigação, ao se configurar como um dos momentos no processo de construção do conhecimento.

Sobretudo, as práticas extensionistas permitem à Universidade promover o diálogo com grupos sociais que necessitam do conhecimento científico/técnico, cultural e artístico para a sua organização social, econômica e política. Nesta relação dialógica, o discente e docente têm acesso ao saber popular, dentre outros saberes da sociedade, desenvolvido na formulação de estratégias de sobrevivência da população. É facilitado, também, o contato com soluções criativas, próprias de quem enfrenta as crises da sociedade - conjunturais e/ou estruturais - na perspectiva da transformação. Nessa relação de parceria, a população se qualifica para, autonomamente, fazer escolhas de diferentes naturezas e a Universidade, por sua vez, recebe elementos para repensar as suas funções. Dessa maneira, pode-se obter mais competência na produção/socialização do conhecimento quanto na formação de futuros profissionais (Projeto “UFOPA Social”, 2014).

A ciência, mormente produzida entre os muros das universidades, reconhece o mundo e necessita ser partilhada com toda a sociedade, não só da fruição dos resultados, mas, fundamentalmente, de todo o seu processo, reclamando a abertura efetiva de suas portas para todos. O desenvolvimento do Projeto “UFOPA Social” tem por intuito permitir uma maior interação entre a comunidade externa e os alunos do curso de Graduação em Direito, viabilizando um olhar interdisciplinar na produção do conhecimento e na execução das atividades acadêmicas. A reformulação do convívio entre a academia e a sociedade permite uma maior aproximação, reconstrução e repensar sobre as ciências, especialmente da ciência jurídica. Estes são os eixos do projeto, que vê a educação como emancipação, segundo diz Paulo Freire:

Para a prática “bancária”, o fundamental é, no máximo, amenizar esta situação, mantendo, porém, as consciências imersas nela. Para a educação problematizadora, enquanto um quefazer humanista e libertador, o importante está, em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação (Freire, 1987, p. 42).

Em outro giro, Alice Girardi Canesso em seu artigo “Crianças e Adolescentes: uma

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

análise da dignidade e da cidadania no ECA”, publicado pela Revista do SAJU, ao analisar a efetivação de alguns direitos dedicados às crianças e aos adolescentes em âmbito comunitário e universitário, pelos serviços de assistência e assessoria jurídica prestados pelos estudantes, realiza uma crítica acerca das implicações referentes à dignidade e à cidadania no ECA. A partir da análise do Estado Democrático de Direito, frisa Alice que:

[...] a justiça social também é requisito para que se concretize o Estado Democrático de Direito, pois permite ordenar valores de ordem econômica e social, a fim de distribuir coerentemente os bens e garantir o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes [...] (Canesso, A. G., 2010).

Esse entendimento decorre do que impõe a Carta Magna Brasileira, que atribui às crianças *status* de pessoas em desenvolvimento, portanto, sujeitos de direito, mercedores de respeito resultante da dignidade que também portam, por consequência, possuem "a doutrina da prioridade absoluta e da proteção integral", afirma esta autora.

Diante do exposto, o fulcro do presente projeto é o entendimento de que os estudantes do ensino fundamental também devem ser constante preocupação das universidades, que por meio de suas teorias e práticas, oportunizam a inserção de temas de interesse das crianças e dos adolescentes e, ainda, poder gerar novos alunos humanizados, novos profissionais e uma nova Ciência voltada para a interdisciplinaridade, respeitando, dessa forma, os direitos imprescindíveis às crianças e aos adolescentes, quais sejam: O Estado Democrático de Direito, dignidade da pessoa humana e cidadania.

Material e Metodologia

A primeira fase do projeto ocorreu no mês de maio de dois mil e quatorze. Utilizando-se de metodologia participativa, nas Escolas Municipais Fluminense e Ubaldo Corrêa, onde foram realizadas aplicações de questionários formados por perguntas subjetivas, visando identificar o nível de conhecimento e a percepção em relação à problemática que os envolve, bem como obter a indicação de um tema jurídico de interesse dos estudantes do ensino fundamental de escolas do Município de Santarém-PA.

Na segunda fase foi realizada a tabulação e sistematização dos dados obtidos com os questionários. Em seguida, delimitou-se três temas mais indicados nos questionários. Assim, partiu-se para os estudos e pesquisas sobre: Violência na Escola e relações

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

interpessoais; Eleições e Funções Públicas e, Direitos e Deveres de Crianças e Adolescente, após foram feitas conversações com as autoridades que mais dominam tais assuntos: Pedagoga e Professora da Universidade Luterana do Brasil (CEULS/ULBRA), Loreni Dutra, e o promotor de justiça titular da Promotoria da Saúde do Ministério Público do Estado e Professor Doutor da UFOPA Túlio Chaves Novaes, para que atuassem como facilitadores e palestrantes.

A terceira fase foi composta pela análise dos dados coletados, por meio dos quais foi possível ter parcial conhecimento da realidade dos alunos. Dessa forma, pode-se partir para a quarta fase: o planejamento da ação a ser realizada nas escolas.

Por derradeiro, a última fase ocorreu no mês de junho, que foi a realização do evento jurídico na Escola Municipal Ulbaldo Corrêa. As atividades encerraram-se com um momento de interação do grupo com a comunidade universitária, permitindo, assim, a apresentação dos conteúdos pesquisados e a troca de experiências. Logo após ocorreu avaliações do grupo de acadêmicos pelas professoras orientadoras e coordenadoras do projeto.

Resultados e Discussões

As visitas às escolas municipais Ulbaldo Corrêa e Fluminense, tiveram como objetivo aplicar o questionário e obter a demanda referente às problemáticas e temas jurídicos de interesse dos alunos, aquando da visita, verificou-se que estes alunos vivem num ambiente de constantes conflitos, dos quais decorrem brigas e discussões entre alunos/alunos e alunos/professores

De posse dessas informações, planejou-se levar aos alunos, além dos temas jurídicos, também uma especialista em “Relações Interpessoais”, visando tratar a violência no âmbito de ensino desses alunos. A primeira escola municipal escolhida para a execução do evento foi a Ubaldo Corrêa, tendo o evento sido planejado a partir das três temáticas, indicadas através dos questionários, que foram trabalhadas uma em cada dia.

O primeiro dia de realização das atividades na referida escola foi dia 09 (nove) de junho de 2014, com início às 10:00 hs (horas) e término às 12:00 hs. O tema trabalhado foi

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

“Relações interpessoais” sob a ótica da violência e conflitos no âmbito educacional, que ficou sob a responsabilidade da professora Loreni Dutra e dos acadêmicos envolvidos no projeto. A atividade desse dia ocorreu na forma de diálogo com os alunos e atividades lúdicas realizadas pela referida professora e os acadêmicos.

No dia seguinte, 10 (dez) de maio, no mesmo horário do dia anterior, desenvolveu-se atividades sobre o tema “Eleições e funções públicas”, que iniciou com a palestra do professor Túlio Chaves Novaes sobre eleições, já a temática das funções públicas foi tratada, via apresentação oral, pelos acadêmicos do curso de bacharelado em Direito da UFOPA, integrantes do projeto.

Após a palestra, simulou-se o processo de uma eleição, organizado pelos acadêmicos e professores, que envolveu todos os 33 (trinta e três) alunos/adolescentes presentes. Sendo o ano de 2014, ano de eleição de governadores de estado, deputados federais e estaduais e senadores, escolheu-se, através da indicação dos alunos presentes, 3 (três) candidatos a senadores, para simular o processo de eleição. Estes tiveram a oportunidade de falar sobre seus planos políticos tendo como foco a melhoria de sua escola, simulando as campanhas políticas que ocorrem antes das eleições.

Na sequência, deu-se prosseguimento a votação. Os candidatos a senadores receberam números que os identificavam como candidatos, os quais foram utilizados para a votação na urna. Escolheu-se também 3 (três) alunos para serem os fiscais do processo, os quais fizeram a contagem dos votos e o professor Dr. Túlio fez a pronúncia do candidato eleito a senador da escola. Os alunos festejaram a vitória do seu candidato com muita alegria; por fim, foi esclarecido em apertada síntese o porquê da dinâmica pelo palestrante.

Os recursos metodológicos utilizados para a dinâmica foram: uma urna de isopor, uma cabina de papelão, crachás de papel cartão e cédulas de votação.

Em onze de maio, terceiro dia, as atividades foram realizadas sobre a temática “Direitos e Deveres de Crianças e Adolescentes”. A atividade compôs-se de breves explicações dadas pelos acadêmicos integrantes do projeto sobre: O que é o Estatuto da

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Criança e do Adolescente-ECA?; Quais os seus objetivos?; Quando e como surgiu? E o que são direitos e deveres? Após essa apresentação os alunos foram convidados a construir um objeto no formato de mandala, que representasse os direitos e deveres da criança e do adolescente. Para que esta atividade acontecesse, foi desenvolvida uma pesquisa pelos acadêmicos com o objetivo de entender e transmitir os diferentes significados da mandala, como círculo mágico ou concentração de energia. Universalmente a mandala é o símbolo da totalidade, da integração e da harmonia, palavra sânscrita, que significa círculo, o que foi explicado para os adolescentes envolvidos nas atividades.

Utilizou-se para a atividade o significado da mandala como sendo um círculo mágico que atrai boas coisas. A ideia que norteia o uso deste objeto na brincadeira é a de atrair positivamente a vivência de “Direitos e Deveres” que não estão, ao ver das crianças e adolescentes, sendo praticados dentro da escola, dentro sociedade ou, até mesmo, dentro de seus lares. Observa-se nas imagens abaixo momentos de construção da mandala. Frisa-se que esta mandala foi construída pelos próprios alunos da escola. Toda criatividade ao montá-la foi usada por eles, apenas, sendo auxiliados pelos acadêmicos na organização das equipes e utilização de pistolas, tesouras e estiletes.

Pretendeu-se com esta atividade também despertar a autonomia dos alunos nas decisões, e principalmente na construção dessas decisões em grupo. Todos ajudaram de alguma forma e contribuíram com a atividade. Ao final da atividade a mandala foi fixada à parede da escola, para lembrar a todos do que foi aprendido e discutido com a atividade. Observa-se baixo, nas figuras 1 e 2, momentos da dinâmica.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Figura 1. Escola Municipal Ubaldo Corrêa, Santarém – PA.

Fonte: Acervo do Projeto de Extensão UFOPA SOCIAL, 2014.



Figura 2. Escola Municipal Ubaldo Corrêa, Santarém – PA.

Fonte: Acervo do Projeto de Extensão UFOPA SOCIAL, 2014.

Esta última atividade foi simultaneamente elaborada com a brincadeira do Semáforo, por meio da qual utilizou-se de cores para verificar o grau de respeito aos direitos e deveres. A cor Verde significava que estão sendo respeitados; amarelo, que estão mais ou menos; e verde, que não são respeitados. Perguntou-se aos alunos sobre como estava o exercício de alguns direitos e deveres e eles nos respondiam levantando a

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



cor que representava a situação de cada de exercício de cada um dos direito e deveres citados.

A brincadeira foi bastante participativa e as crianças e adolescentes demonstraram-se empolgados com a dinâmica, momento em que se acharam a vontade para falar e avaliar o estado de cada direito e dever dentro da escola, pois eles próprios ao avaliar cada direito e dever, justificavam o porquê que, no entendimento deles, certo direito estava parado ou mais ou menos. O que demonstra a compreensão que essas crianças têm sobre o mundo a sua volta. A figura 3 mostra a mandala e a figura 4 demonstra momentos da dinâmica do semáforo.



Figura 3. Escola Municipal Ubaldo Corrêa, Santarém – PA.

Fonte: Acervo do Projeto de Extensão UFOPA SOCIAL, 2014.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016



Figura 4. Escola Municipal Ubaldo Corrêa, Santarém – PA.

Fonte: Acervo do Projeto de Extensão UFOPA SOCIAL, 2014.

Por fim, na finalização da ação teve-se o momento de avaliação do grupo pelas professoras coordenadoras. Pois, o planejamento das atividades deve levar em consideração as críticas apresentadas durante o período de realização das ações, bem como as novas propostas apresentadas pelos acadêmicos. O conceito será somado ao conceito das disciplinas de estágio. Para os acadêmicos participantes, que não cursam disciplinas de estágio, são dadas cargas horárias contadas como atividades complementares ou estágio externo. Há ainda um momento de interação do grupo com a comunidade universitária através de um encontro de apresentação do projeto e divulgação de seus resultados, permitindo assim a troca de experiências.

Conclusão

Tem-se com o presente projeto, atividades que visam criar um liame entre a comunidade e a Universidade na troca de experiências, ambos atuando no processo de investigação e modificação da sociedade, além de dinamizar as atividades de extensão e o estágio curricular obrigatório, nos quais os resultados são alcançados por completo a partir da realização das atividades propostas pelo presente trabalho, tendo em vista que o envolvimento com as atividades de extensão permitiu aos discentes interiorizar os conhecimentos de sua área, pois, na prática, foi possível a ele desenvolver uma concepção

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

e transformá-la em conceito, efetivando, assim, a síntese da experiência subjetiva e do objeto experimentado.

Por fim, ao se afirmar que esta é a via para a aquisição do conhecimento, estar-se-á confirmando a extensão como um processo de construção do conhecimento científico, cultural e artístico, colocando em prática a interdisciplinaridade. O conhecer precisa da atividade prática experimental, pois é na ação/reflexão que se formam as concepções e os conceitos.

Referências

BROSE, M. **Metodologia Participativa. Uma introdução a 29 instrumentos.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BRYSON, J. **Strategic planning for public and non-profit organization.** Rev. e Ed. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1995.

CANESSO, A. G. **Para uma visão crítica e interdisciplinar do direito/ Serviço de Assessoria Jurídica.** Vol. 1, n. 1. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 42 p.

RABELO, R. R. **Estágio supervisionado em Educação Física: um momento de aprendizado na construção do conhecimento do graduando.** Buenos Aires: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd17/estagio-supervisionado-em-educacao-fisica.htm>>. Acesso: 20 jul 2014.

SANTOS, B. S. **Para uma revolução democrática da justiça.** São Paulo: Cortez, 2007. 120 p.

SOARES, M. C. C. & FURTADO, M. M. E. (2014). **Projeto Ufopa Social.** Santarém-PA: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2014.

THIOLLENT, M., ARAÚJO FILHO, T., & SOARES, R. L. S. **Metodologia e Experiências em projetos de extensão.** Niterói-RJ: EDUFF, 2000. 340 p.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:

